

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA XX
VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE xxxxxxxx**

Processo: xxxxxxxx

FULANA DE TAL, já qualificada nos autos da ação que
lhe move **XXXXX**., também qualificada no processo em epígrafe, vem, por
intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, por ser
juridicamente pobre, nos termos da Lei 1060/50, em não se conformando
com os termos da r. sentença interpor o presente

RECURSO DE APELAÇÃO

, com base nas razões que seguem em anexo.

Ante o exposto, requer que o recurso seja recebido nos
efeitos devolutivo e suspensivo, e, após as formalidades de estilo, sejam os
autos encaminhados ao Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e
Territórios, para regular processamento.

Termos em que

Espera deferimento.

Local, dia, mês e ano.

Defensor(a) Público (a)

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RAZÕES DE APELAÇÃO

I - BREVE RELATÓRIO

~~XXXXXX~~ XXX. ingressou em Juízo com ação de Busca e Apreensão contra **FULANA DE TAL**, partes devidamente qualificadas na inicial. Assevera que, através do contrato que instrui a inicial, celebrado entre as partes, a parte Ré adquiriu o veículo descrito às fls. **nº**, que foi alienado fiduciariamente em garantia da dívida contraída. Aduz que a parte Ré se comprometeu a pagar o valor do financiamento em parcelas mensais, mas incorreu em mora. Acrescenta que, embora notificada, a parte ré não pagou o débito que venceu antecipadamente, requerendo seja o bem apreendido e entregue ao Autor, para, ao final, ser confirmada a liminar, consolidando-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo alienado.

Foi deferida a liminar, que restou efetivada, fl. **nº**

A parte ré ofertou defesa as fls. **nº**, na qual alega, em suma, que não está em mora, ante as ilegalidades praticadas pelo banco autor no contrato; defende a possibilidade de revisão de cláusulas contratuais; pede seja declarada inválidas as cláusulas que permitem a cobrança de juros capitalizados e tarifas. Requer, ao fim, seja concedido o benefício da gratuidade de justiça e julgado improcedente o pedido. Faz proposta de acordo.

Réplica, fls. **nº** e seguintes, na qual questiona o pedido de gratuidade feito pela ré. Impugna suas alegações jurídicas e refuta a proposta de acordo feita pela ré.

O Juízo *a quo* proferiu sentença julgado procedente o pedido formulado na inicial.

Inconformado com r. sentença, o apelante interpõe nesta oportunidade recurso de apelação.

II - DO CABIMENTO DA REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS INDEPENDENTEMENTE DE RECONVENÇÃO E DE PURGA DA MORA

A Lei 10.931/04 facilitou o exercício do direito de defesa do réu na busca e apreensão e na sua conversão em depósito, eliminando a limitação quando às matérias de defesa existentes no revogado parágrafo 2º, do art. 3º do Decreto Lei 911/69.

Aliás, antes mesmo da Lei 10.931/04, o STJ já admitia a discussão das cláusulas.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios entende ser perfeitamente cabível a revisão de cláusulas contratuais em sede de contestação, independentemente reconvenção e de purga da mora:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CLÁUSULAS CONTRATUAIS. POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO. ANATOCISMO. PROVA. PERÍCIA CONTÁBIL. PRODUÇÃO REQUERIDA OPORTUNAMENTE. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. SENTENÇA CASSADA.

I. A LEGALIDADE DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS QUE DERAM ORIGEM AO DÉBITO PODEM SER DISCUTIDAS EM DEFESA APRESENTADA NA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, MESMO QUE CONVERTIDA EM DEPÓSITO.

II. A CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS É ILEGAL E SUA OCORRÊNCIA IMPRESCINDE DE PROVA PERICIAL, PELO QUE, TENDO SIDO ESTA REQUERIDA OPORTUNAMENTE, O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE RESULTA EM INSUPLANTÁVEL CERCEAMENTO DE DEFESA.

IV. RECURSO PROVIDO PARA CASSAR A SENTENÇA.
(2009 04 1 007719-0 APC. Data de Julgamento :
09/12/2010. Órgão Julgador : 1ª Turma Cível. Relator :
NÍVIO GERALDO GONÇALVES).

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO.
NÃO LOCALIZAÇÃO DO BEM. CONVERSÃO EM
DEPÓSITO. DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO
PARA COMPRA E VENDA A PRAZO. IMPERTINÊNCIA.
REGISTRO DESNECESSÁRIO. VALOR DA CAUSA.
DISCUSSÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS EM AÇÃO
DE DEPÓSITO. POSSIBILIDADE. JUROS E MULTA
CONTRATUAL. (...)

**4. É possível analisar as cláusulas contratuais na
ação de busca e apreensão convertida em depósito,
em homenagem ao princípio da ampla defesa e em
razão das alterações que foram feitas no Decreto-
Lei 911/69 pela Lei 10.931/2004.**

(...) (APC 20010110493042, 1ª Turma Cível, Rel. Des.
Roberval Casemiro Belinati, DJ 01/12/2005, pág. 245 -
realcei).

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E
APREENSÃO CONVOLADA EM DEPÓSITO.
POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DE CLÁUSULAS
CONTRATUAIS. LEI 10.931/04. CAPITALIZAÇÃO
MENSAL DE JUROS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA
CUMULADA COM DEMAIS ENCARGOS. TARIFA DE
ABERTURA DE CRÉDITO.
**I - A LEI N.º 10.931/2004, QUE DEU NOVA
REDAÇÃO AO ART. 3º, § 3º, DO DECRETO-LEI N.º
911/69, AO SUBSTITUIR A EXPRESSÃO**

**"CONTESTAÇÃO" POR "RESPOSTA", AMPLIOU O
OBJETO DA DISCUSSÃO EM CONTESTAÇÃO,
AUTORIZANDO O DEBATE SOBRE EVENTUAL
ABUSIVIDADE CONTRATUAL.**

II - A EXIGÊNCIA DE JUROS COMPOSTOS É PERMITIDA NOS CONTRATOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CELEBRADOS POSTERIORMENTE À EDIÇÃO DA MP 1963-17/2000, PERENIZADA SOB O Nº 2.1270-36/2001, CUJA CONSTITUCIONALIDADE SE PRESUME ATÉ PRONUNCIAMENTO FINAL DO STF.

III - É ILEGAL A EXIGÊNCIA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM ENCARGOS DA MORA.

IV - A OBRIGAÇÃO QUE ESTIPULA TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO VIOLA O ART. 51, IV DO CDC PORQUANTO, TRATANDO DE SERVIÇO INERENTE ÀS PRÓPRIAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, TRANSFERE AO CONSUMIDOR UM ÔNUS DO CREDOR.

V - NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA E DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ. (2008 08 1 007946-2 APC. Data de Julgamento : 08/09/2010. Órgão Julgador : 6ª Turma Cível. Relator : JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA).

Esse, inclusive, é, há muito, o entendimento do egrégio Superior Tribunal de Justiça, gize-se, tutor das normas de regência da espécie. Confira-se, *verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTESTAÇÃO QUE IMPUGNA A LEGALIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, SOB ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE. POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DO TEMA NO ÂMBITO DA AÇÃO.

I. Possível a discussão, no âmbito da defesa apresentada na ação de busca e apreensão, da legalidade das cláusulas contratuais que deram origem ao débito.

II. Recurso especial conhecido e provido (REsp 595.503/PR, 4ª Turma, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, DJ 12.09.2005, pág. 336 – destaquei).

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ART. 3º, § 2º, DO DECRETO-LEI N. 911/69. DISCUSSÃO ACERCA DA LEGALIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS NO ÂMBITO DA DEFESA. POSSIBILIDADE.

1. Em ação de busca e apreensão, é cabível a discussão acerca da legalidade das cláusulas contratuais como matéria de defesa.

2. Recurso especial provido" (REsp 681.157/PR, Relator Ministro João Otávio De Noronha, Quarta Turma, DJe 02/02/2010 – negritei).

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. Busca e apreensão.

Possibilidade de o réu alegar, na ação de busca e apreensão, a nulidade das cláusulas do contrato garantido com a alienação fiduciária. Precedente.

Recurso conhecido e provido a fim de reabrir a instrução e permitir ao réu a produção da prova de suas alegações sobre a nulidade de pleno direito de cláusulas contratuais.

(REsp 299254/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, .QUARTA TURMA, julgado em 22.05.2001, DJ 20.08.2001 p. 476).

Dessa forma, a revisão de cláusulas contratuais mostra-se perfeitamente cabível em sede de contestação, não sendo necessária a reconvenção e a purga da mora, como informa o Juízo *a quo*.

III - DA REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Hodiernamente não mais se discute a aplicação do Código de Defesa do Consumidor na relação entre cliente e bancos ou companhia de créditos, financiamento e investimento, na condição de prestadores de serviço.

Imperioso se torna destacar que os **cálculos** do financiamento e do débito não são bem detalhados em relação aos índices e metodologia usados, dificultando a defesa do consumidor.

Porém, de modo geral, tem sido a tônica dos questionamentos judiciais dos consumidores em relação aos bancos e financiadoras a prática dos seguintes abusos:

a) Mora do credor, em razão da cobrança excessiva.

Deve-se frisar que a jurisprudência do STJ e do TJDFT tem se firmado no sentido de que quando o credor cobra mais do que o devido, onerando excessivamente as prestações e inviabilizando adimplemento, a mora é ***Accipiendi***, e não do devedor. **Por via de consequência, torna-se inadmissível a presente execução.**

Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

APELAÇÃO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C REVISÃO CONTRATUAL E AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. JULGAMENTO SIMULTÂNEO. AUSÊNCIA DE LIMITAÇÃO DE JUROS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. INCONSTITUCIONALIDADE. MORA. EXCLUSÃO. FIXAÇÃO DE MULTA EM RAZÃO DA ALIENAÇÃO DE VEÍCULO OBJETO DA AÇÃO DE BUSCA

E APREENSÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

1. INAPLICÁVEL AO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL A LIMITAÇÃO DE JUROS PREVISTA NA LEI DE USURA (SÚMULAS 283 E 382 STJ).

2. É VEDADA A CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS NO CONTRATO EM TELA, ANTE A AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO LEGAL PARA SUA INCIDÊNCIA, SOBRETUDO QUANDO JÁ DECLARADA, INCIDENTER TANTUM, A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 5ª DA MP 2.170-36/2001, PELO CONSELHO ESPECIAL DO TJDF.

3. CONSTATADA A COBRANÇA ABUSIVA CONSUBSTANCIADA, CASO, PELA INCIDÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, RESTA DESCARACTERIZADA A MORA, DEVENDO O VEÍCULO SER RESTITUÍDO AO DEVEDOR FIDUCIANTE (ART. 3º, § 6º DO DECRETO-LEI 911/69).

4. É DEVIDA A CONDENAÇÃO DO CREDOR FIDUCIÁRIO AO PAGAMENTO DE MULTA, EM FAVOR DO DEVEDOR APELANTE, EQUIVALENTE A CINQUENTA POR CENTO DO VALOR ORIGINALMENTE FINANCIADO, DEVIDAMENTE ATUALIZADO, CASO O BEM JÁ TENHA SIDO ALIENADO.

5. DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO APELO DO AUTOR, PARA AFASTAR A CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS E DESCARACTERIZAR A MORA. (TJDF 2006 01 1 107848-9 APC. Data de Julgamento : 12/01/2011. Órgão Julgador : 2ª Turma Cível. Relator : SÉRGIO ROCHA).

CIVIL E PROCESSUAL. CONTRATO DE ADESÃO. GRUPO DE CONSÓRCIO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. COBRANÇA DE ENCARGOS INDEVIDOS. CARÊNCIA DA AÇÃO.

I. A cobrança de acréscimos indevidos importa na descaracterização da mora, de forma a tornar inadmissível a busca e apreensão do bem (2ª Seção, EREsp n. 163.884/RS, Rel. p/ acórdão Min. Ruy Rosado de Aguiar, por maioria, DJU de 24.09.2001; AgR-REsp n. 423.266/RS; REsp n. 231.319/RS e AgR-AG n. 334.371/RS). Manutenção da improcedência da ação.

II. Agravo improvido. (STJ AgRg no AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 648.733 - RS. RELATOR : MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR)

Dessa forma, a presente ação deve ser julgada improcedente, haja vista que a mora se deu por culpa do credor ao cobrar taxas e juros abusivos, conforme se verificará a seguir.

b) Capitalização mensal de juros - USURA E ANATOCISMO

A capitalização dos juros consiste na operação matemática de contagem de juros, dos juros já contados.

A Súmula de nº **121 do STF** dispõe a respeito da vedação do anatocismo consubstanciado na capitalização dos juros, ainda que expressamente convencionado.

Súmula - 121- é vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada.

Não obstante a súmula 121 do STF, após o advento da Medida Provisória n. nº 2.170-36 passou ser possível a capitalização mensal dos juros.

Sobre a existência da Medida Provisória nº 2.170-36, art. 5º, que admite a capitalização dos juros com periodicidade inferior a um

ano, há de se ressaltar que sua inconstitucionalidade foi declarada pelo E. Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em sede de controle de constitucionalidade difuso, por ocasião do julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade 2006.00.2.001774-7, da qual se extrai a seguinte ementa:

ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 5º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.170-36. OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS INSTITUIÇÕES INTEGRANTES DO SISTEMA FINANCEIRO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS COM PERIODICIDADE INFERIOR A UM ANO. MATÉRIA PREVISTA EM LEI COMPLEMENTAR. ART. 192, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL COM A REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 40. **A matéria inserida em Medida Provisória que dispõe sobre “a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional”, consolidando e atualizando a legislação pertinente, não pode dispor sobre matéria completamente diversa, cuja regulamentação prescinde de Lei Complementar. Declarada, incidenter tantum, a inconstitucionalidade do Art. 5º, da Medida Provisória nº 2.170-36.** (AIL 2006.00.2.001774-7, Rel. Des. LÉCIO RESENDE, Conselho Especial, julgado em 04/07/2006, DJ 15/08/2006 p. 69).

PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. NULIDADE DE CLÁUSULAS ABUSIVAS EM CONTRATO DE CONSUMO. PRECLUSÃO. NÃO INCIDÊNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. VEDAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULATIVIDADE COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS.

1 - POR SE REFERIR A MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA,

CONFORME DISPOSIÇÃO EXPRESSA DO ART. 1º DO CDC, A NULIDADE DE PLENO DIREITO DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS NO CONTRATO DE CONSUMO PODE SER ALEGADA A QUALQUER TEMPO E GRAU DE JURISDIÇÃO, NÃO SENDO ATINGIDA PELA PRECLUSÃO.

2 - É VEDADA A CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS EM CONTRATOS BANCÁRIOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NAS HIPÓTESES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, CONSOANTE PRECEDENTES DESTA CORTE.

3 - É VÁLIDA A INCIDÊNCIA DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA, DESDE QUE NÃO CUMULADA COM QUALQUER OUTRO ENCARGO, OU QUALQUER OUTRA QUANTIA QUE COMPENSE O ATRASO NO PAGAMENTO, OU COM JUROS REMUNERATÓRIOS, A TEOR DA SÚMULA Nº 296 DO STJ.

4 - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (2010 06 1 001691-3 APC. Data de Julgamento : 09/02/2011. Órgão Julgador : 4ª Turma Cível. Relator : CRUZ MACEDO).

Veja que o STJ tem entendimento exigindo para a capitalização mensal que esteja previsto expressamente no contrato:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. NÃO INCIDÊNCIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LIMITE MÁXIMO. TAXA DE JUROS DO CONTRATO. CLÁUSULAS ABUSIVAS. REVISÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE.

1. A Segunda Seção desta Corte entende cabível a capitalização dos juros em periodicidade mensal, para os contratos celebrados a partir de 31 de março de 2000 - data da primitiva publicação do art. 5º da MP 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/2001 -, desde que pactuada, requisito in casu inexistente, obstando, pois, o seu deferimento.

2. A limitação máxima da comissão de permanência à taxa de juros remuneratórios do próprio contrato não enseja nenhuma ilegalidade ou irregularidade, estando, aliás, em consonância com o leading case sobre o assunto (Resp 271.214/RS), em que foi pacificada pela Segunda Seção.

3. O STJ tem preconizado a possibilidade de rever, de ofício, cláusulas contratuais consideradas abusivas, para anulá-las, com base no art. 51, IV do CDC. Nesse sentido: RESP 248.155/SP, in DJ de 07.08.2000 e RESP 503.831/RS, in DJ de 05.06.2003.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 655443/RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 05.04.2005, DJ 02.05.2005 p. 372) Gn.

Sendo assim, inadmissível se torna a cobrança de juros capitalizados mensalmente.

c) cobrança de tarifas de responsabilidade exclusiva da instituição financeira.

A cobrança de tarifas de cadastro, registro de contrato e avaliação do veículo oneram serviço essencial e inerente à própria atividade econômica da instituição financeira, pois se trata de serviços de interesse que diz respeito somente a esta.

Logo, são nulas de pleno direito a cobrança dessas taxas, consoante, inclusive, o art. 51, inciso IV do Código de defesa do Consumidor. Confira-se:

“Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

[...] IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;”

Ademais, em dezembro de 2007, com a entrada em vigor da nova regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN (Resolução n. 3.518/2007), a TAC, bem como a cobrança pela emissão de boletos foram extintas, uma vez que não estariam mais previstas nas regras que padronizaram as cobranças feitas pelos diferentes bancos e financeiras.

Atualmente, em relação a essas taxas, há diversos julgados:

DE CADASTRO, REGISTRO DE CONTRATO e DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERCEIROS. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. ART. 42, § ÚNICO, DO CDC. NATUREZA SANCIONATÓRIA. REITERAÇÃO. ABUSIVIDADE NA COBRANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EFETIVO DESEMBOLSO. SENTENÇA MANTIDA.;

RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

1 - A cobrança de taxas e tarifas de abertura de cadastro, registro de contrato, avaliação de bens e despesas de serviços de terceiros não consubstanciam contraprestação ao serviço prestado pela instituição financeira, porquanto são serviços inerentes à própria atividade bancária a fim de conceder o crédito ao consumidor.

2 - O art. 42, § único, do Código de Defesa do Consumidor dispõe: "o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável."

3 - Natureza sancionatória do referido dispositivo, cujo objetivo é evitar a continuidade da cobrança indevida, pois a persistência na cobrança das tarifas de abertura de cadastro, renovação de cadastro e despesas de serviços de terceiros consubstancia abusividade na relação contratual com o consumidor.

4 - O termo inicial para incidência da correção monetária deverá ser a data do efetivo desembolso do pagamento das de taxas de abertura de cadastro, renovação de cadastro e despesas de serviços de terceiros, a fim de compensar a perda do poder aquisitivo da moeda, evitando com isso o enriquecimento ilícito do recorrido. 5-Recurso provido. 6 - Reforma da sentença.(540182, 20110110742238ACJ, Relator HECTOR VALVERDE SANTANA, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, julgado em 27/09/2011, DJ 13/10/2011 p. 254)

“REVISÃO DE CONTRATO. DECADÊNCIA. CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. TARIFAS DE ABERTURA DE CRÉDITO. ABUSIVIDADE. [...] III - A remuneração da instituição financeira advém do pagamento dos juros remuneratórios, já embutidos nas prestações, de modo que **são abusivas as cobranças de tarifas de abertura de crédito** e de emissão de boleto bancário, consoante o art. 51, inc. IV, do CDC. IV - Apelação parcialmente provida.” (20090110225045APC, Relator VERA

ANDRIGHI, 6ª Turma Cível, julgado em 01/09/2010, DJ 09/09/2010 p. 141);

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO. REVISÃO DE CLÁUSULAS. INÉPCIA DA INICIAL. REJEITADA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. POSSIBILIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. VEDADA CUMULAÇÃO COM OUTROS ENCARGOS. TAXA DE EMISSÃO DE BOLETO E DE ABERTURA DE CRÉDITO. NULIDADE. REPETIÇÃO EM DOBRO. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ OU CULPA. IMPOSSIBILIDADE.

[...] IV - **As obrigações que estipulam tarifa de emissão de boleto e de abertura de crédito violam o art. 51, IV, do CDC, porquanto, tratando de serviços inerentes às próprias instituições financeiras, transferem ao consumidor um ônus do credor. [...]**”

(20090710216234APC, Relator JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, 6ª Turma Cível, julgado em 18/08/2010, DJ 26/08/2010 p. 166); Gn

APELAÇÃO CÍVEL. REVISÃO CONTRATUAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC) E DEMAIS TARIFAS BANCÁRIAS. COBRANÇA. VEDAÇÃO LEGAL

1. A cobrança da TAC contraria o art. 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor. Inexistindo previsão contratual para a referida cobrança, carece o autor de interesse em discutir referido tópico.

2. Em relação às cobranças das tarifas de serviço prestado pela correspondente da financeira, inserção de gravame, despesa de cartório e de terceiros, entendo que devem ser extirpadas do contrato, uma vez que, por não se tratar de serviços colocados à disposição do consumidor, não é razoável transferir a ele os respectivos custos. 3.

Recurso parcialmente provido. (Acórdão n.669146,

20120110912465APC, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, Revisor: NÍDIA CORRÊA LIMA, 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 03/04/2013, Publicado no DJE: 17/04/2013. Pág.: 138) grifo nosso.

Dessa forma, o apelante deve ser restituído dos valores correspondentes à cobrança de tarifas de cadastro, registro de contrato e avaliação do veículo.

a) Venda casada de seguro

O Código de Defesa do Consumidor visa à garantia a proteção das relações de consumo, contendo em seu entrelace direitos básicos do consumidor, sendo um deles o direito de informação clara e adequada, segue:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; (Grifou-se)

Ademais, o CDC considera como prática abusiva a venda de um produto ou serviço condicionada à venda de outro produto ou serviço para aquisição do mesmo. Senão veja-se:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos; (Grifou-se).

No caso em tela, a parte autora vendeu de forma casada o Seguro de Proteção Financeira, uma vez que não informou a proteção adicional que estava sendo incluída no contrato de financiamento.

Acerca da venda casada, o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal manifestou-se no seguinte sentido:

CIVIL. CONSUMIDOR. LIMITAÇÃO DE JUROS A 10% AO ANO. CAPITALIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. CLÁUSULA QUE DETERMINA A CONTRATAÇÃO DE SEGURO PRESTAMISTA PARA CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO. VENDA CASADA. NULIDADE.

1. É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada, conforme enunciado nº 121 do Supremo Tribunal Federal.

2. A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade. (súmula 382 do STJ).

3. É abusiva a imposição de contratação prévia de seguro prestamista como condição para empréstimo bancário, por configurar venda casada, prática proibida pelo CDC (art. 39, I).

4. Recurso parcialmente provido. (Acórdão n.510035, 20100111035909APC, Relator: JOÃO MARIOSI, Revisor: MARIO-ZAM BELMIRO, 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 01/06/2011, Publicado no DJE: 07/06/2011. Pág.: 94). (Grifou-se)

Destarte, com base no entendimento da jurisprudência acima colacionada, pugna pela declaração de nulidade da cobrança, eis que é abusiva, restituindo à requerida a quantia referente ao Seguro de Proteção Financeira.

V - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer que a presente apelação seja conhecida e provida para reformar a sentença proferida pelo Juízo *a quo* para:

- a) Julgar IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial, haja vista que a mora se deu por culpa do credor ao cobrar juros e taxas abusivos;

b) seja declarada nula a cláusula contratual abusiva, revisando o contrato para excluir a capitalização de juros (anatocismo), devendo o apelante ser restituído em dobro dos juros compostos cobrados indevidamente;

c) seja declarada nula a cláusula contratual abusiva referente ao pagamento de tarifas de cadastro, registro de contrato e avaliação do veículo, seguro de proteção financeira, devendo o apelante ser restituído em dobro dos valores cobrados indevidamente.

Termos em que, Espera deferimento.

Local, dia, mês e ano.

Defensor(a) Público (a)